







PROJETOS POLÍTICOS DE CURSO: O QUE ELES DIZEM SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Carlos Daniel Raminelli¹

GD n° 17 – Currículo, Políticas Públicas e Educação Matemática

Resumo: Este artigo apresenta a proposta de pesquisa de dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Ensino de Física da Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa Ensino e Aprendizagem da Matemática e seus Fundamentos Filosóficos, Históricos e Epistemológicos. Esta proposta tem por objetivo realizar um levantamento e posterior análise dos Projetos Políticos dos Cursos das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, que possuem curso de Matemática Licenciatura presencial, com a finalidade de encontrar a referenciação da modalidade da Educação do Campo. Além de apresentar caso existam esses indícios, também pretende discorrer sobre como tais são encontrados. A dissertação se apresenta em fase de elaboração, por isso não há resultados a serem apresentados até o momento.

Palavras-chave: Currículo. Formação de Professores. Educação do Campo. Projeto Político de Curso.

INTRODUÇÃO

As preocupações com as múltiplas dificuldades educacionais enfrentadas em nosso país se demonstram em diferentes facetas e perspectivas, perpassando distintos pontos de vista, de argumentações e estudos. E isso se traduz também para as multipluralidades de indivíduos presentes dentro do ambiente escolar e fora dele, assim como para as modalidades de ensino em todo nosso território.

Com isso, pensando na Educação do Campo, modalidade de ensino presente em escolas do país e nas diferentes características de suas concepções e aplicações na formação inicial de professores de Matemática que surge essa temática de pesquisa, uma vez que respeitada as próprias vivências do autor e as suas experiências, serviram de incentivo para o desenvolvimento do mesmo.

Se faz necessário, mesmo que brevemente, o entendimento histórico sobre a Educação do Campo, modalidade que surge no âmbito das políticas públicas para educação, sob um olhar de dificuldade, pois como descrito por Torres e Simões (2009, p. 01), "O termo Educação do Campo

_

¹ Universidade Federal de Santa Maria - UFSM; Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Ensino de Física; Educação Matemática; daniraminelli14@gmail.com; orientador(a): Fabiane Cristina Höpner Noguti.

remete a um conceito recente no ideário educacional [...]". Ou seja, o reconhecimento das necessidades daqueles que situam sua vida no ambiente rural por uma educação que abordasse as suas singularidades e se diferenciasse das esferas tradicionais concebidas não é longevo.

Conseguinte essa ruptura e impulsão para as discussões subsequentes sobre o assunto, decorre de algumas mobilizações, como exemplo a Primeira Conferência Nacional por uma Educação do Campo, ocorrida no ano de 1998, descrita como tendo em seu objetivo principal "ajudar a recolocar o rural, e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país" (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 1998, p. 05).

Consequentemente, a Conferência estava levantando em sua discussão inicial a necessidade do surgimento de possibilidades para o acesso ao ambiente escolar que valorizasse as características daqueles que se situavam no meio rural, além de uma educação de qualidade que contemplasse as próprias inclinações do que se refletia no campo. (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 1998).

Com efeito, no âmbito da legislação brasileira e reconhecimento de tal, foram desencadeadas pelo Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, com a aprovação no ano de 2002, e responsabilidade de articular essa modalidade. Sendo assim:

A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura e se estende, também, aos espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas, conforme as Diretrizes para a Educação Básica do Campo (Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e Resolução CNE/CEB nº 1/2002; Parecer CNE/CEB nº 3/2008 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008). (BRASIL, 2013, p. 139).

Dentro das articulações da Educação do Campo, se torna indispensável referenciar que "[...] os movimentos sociais e sindicais rurais organizaram-se e desencadearam um processo nacional de luta pela garantia de seus direitos, articulando as exigências do direito à terra com as lutas pelo direito à educação". (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 02). Outrossim, responsáveis pelos debates e desdobramentos de movimentos pela luta de um ambiente de ensino público de qualidade para o campo.

Recordando que tais resistências e discussões se colocam mais efetivamente em meados dos 80, historicamente conhecido no Brasil como um período na qual se vivenciava a ditadura militar e assim:



Destacam-se nesse momento as ações educativas do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Movimento Eclesial de Base (MEB). Outras iniciativas populares de organização da educação para o campo são as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFAs) (BRASIL, 2007, p. 12).

Sendo assim, se mostra que as discussões de tais movimentos, encontros, debates e articulações se desencadearam do propósito em atender de maneira qualificada as necessidades não só geográficas de um espaço escolar, mas de um ambiente articulado e coeso com as realidades vivenciadas, valorizando a formação de qualidade daqueles que se situam no campo.

Em vista do que foi exposto, o presente trabalho demanda reconhecer a formação inicial de professores de Matemática, com enfoque nas perspectivas de como a Educação do Campo é trabalhada nesses ambientes formativos, a partir de uma análise de Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). A demanda de atenção a esse assunto se relaciona diretamente do entendimento de como é abordada essa modalidade de ensino nos cursos de formação de professores de Matemática nas Universidades Federais do estado do Rio Grande do Sul, sendo este um estado fortemente agrário e, tendo em vista justamente o reconhecimento dos processos de luta para garantia dessa modalidade e ainda a formação de futuros profissionais que possam vir a desempenhar alguma atividade nela.

Nesse sentido, a pergunta norteadora dessa pesquisa pode ser expressa da seguinte maneira: "Como os cursos de Matemática Licenciatura das Universidades Federais do Rio Grande do Sul abordam a Educação do Campo em seus Projetos Pedagógicos de Curso?"

Ressaltamos que, em relação aos seus objetivos a pesquisa contempla algumas perspectivas como as descritas a seguir.

Objetivos

Para a conclusão dos propósitos desse trabalho descrevemos os objetivos, assim sendo, temos como principal característica determinar e analisar indícios de Educação do Campo a partir do PPC dos cursos de Matemática Licenciatura presenciais das Universidades Federais do Rio Grande do Sul. Ademais, para atendermos as especificidades pensamos nas seguintes estratégias e processos.



- Identificar as Universidades Federais do Estado do Rio Grande do Sul, que possuem curso de Matemática Licenciatura, integral ou noturno.
- Analisar os PPC de Matemática Licenciatura das Universidades Federais do estado do Rio Grande do Sul.
- Indicar e discorrer sobre os elementos de Educação do Campo, caso sejam apresentados.

Dessa forma, buscamos completar os processos de pesquisa e analisar os resultados com vistas às discussões no cenário educacional sobre a Educação do Campo e a Matemática, juntamente com a formação inicial de professores.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

Precipuamente no que diz respeito a algumas concepções e necessidades para entendimento das abordagens da pesquisa, discorremos nessa seção sobre a Educação do Campo e as suas particularidades, bem como as diferenciações explícitas entre ela e a Educação Rural. No que tange as discussões em relação a Educação do Campo e Educação Rural, precisamos entender primeiramente o surgimento de ambas, assim como a ligação presente entre tais. Com isso, vale ressaltarmos que o surgimento do conceito de Educação do Campo é recente como já mencionado anteriormente e que se difere da Educação Rural.

Para isso, temos que:

A Educação do Campo não é continuidade da Educação Rural e apesar de todas as "iniciativas" para a manutenção de escolas nas zonas rurais, em um olhar de conotação histórica, muitos sujeitos residentes em zonas rurais, afastam-se da educação ali sistematizada por diversos fatores, como má qualidade, falta de professores e falta de recursos. Distinguir estes conceitos é relevante, uma vez que a Educação Rural e a Educação do Campo são concepções educacionais diferentes. (TORRES; SIMÕES, 2009, p. 02).

Em suma, se faz necessário então definirmos que a Educação do Campo, surge por necessidade e não apenas por uma mudança de nomenclatura, uma vez que a mesma se manifesta com a tentativa de suprir defasagens que não valorizavam os estudantes presentes nos ambientes rurais. Para isso, é possível observar que:

A emergência da educação do campo caracteriza-se pela ausência e experiência. É a ausência de escola, de professor com formação consistente para o trabalho nas escolas localizadas nos assentamentos; ausência de técnico-agrícola; ausência de professores. (SOUZA, 2008, p. 08).



XXVII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática
Tema: Desafios educacionais e impactos Sociais das Pesquisas em Educação Matemática.
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática / Instituto Federal do Espírito Santo - IFES-Vitória-ES

12, 13 e 14 de outubro de 2023 – presencial.

Ademais, é possível apreciarmos a ideia de que a Educação Rural é a forma de dissociar a realidade com o ambiente escolar, uma vez que pode ser apresentada como desconexa com as práticas e sem necessidade de compreensão das vivências por parte do aluno ou até mesmo da comunidade escolar. Para isso, entendemos então que a Educação Rural:

Trata-se dos camponeses, ou seja, daqueles que residem e trabalham nas zonas rurais e recebem os menores rendimentos por seu trabalho. Para estes sujeitos, quando existe uma escola na área onde vivem, é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo, de acordo com os autores, nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes a frequentam. (RIBEIRO, 2012, p. 293).

Dado o que foi exposto, ainda inferimos a necessidade de discutirmos a dualidade presente em ambos, Educação do Campo e Educação Rural, com base na obra de Schwendler, citado em Torres e Simões (2009). Dito isso, é possível elencar as diferenças entre a origem de Educação do Campo e Educação Rural, dentro das prerrogativas levantadas.

Conseguimos compreender a origem da Educação Rural a partir do século XX, influenciada pelo pensamento latifundiário empresarial, com o objetivo de preparação para o trabalho no desenvolvimento da agricultura, como marco inicial, destaca-se o ano de 1923, com o I Congresso de agricultura do Nordeste. Pelo outro lado, a Educação do Campo possui origem a partir da luta e articulação dos movimentos sociais, e sua disseminação sofre influência do I Encontro de Educadores da Reforma Agrária (1998) e da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (1998).

Com isso, temos em decorrência do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária, de 1998, algo que segundo Souza (2008, p. 09) "[...] demonstra o fortalecimento da educação do campo na política educacional; demonstra a força dos movimentos sociais, conquistada pelo acúmulo de experiências e conhecimentos na área". Sendo assim, se torna perceptível que a preservação do indivíduo e uma educação de qualidade, só se fizeram presentes em uma conjuntura educacional pelas movimentações dos movimentos sociais.

Ainda, é possível buscarmos a diferenciação na concepção de campo, na qual a Educação Rural possui uma visão de um espaço de produção econômica, a partir dos interesses do capital e ainda, exclui os que não se incluem na lógica da produtividade. Enquanto para a Educação do Campo o campo é espaço de vida e resistência dos camponeses que lutam para terem acesso e



permanecerem na terra, sendo um local de produção material e simbólica das condições de existência de construção de identidades.

Corroborando com as diferenciações entre Educação Rural e Educação do Campo, é possível elencar mais uma síntese que representa a dualidade presente na concepção de educação. Na qual temos que, a Educação Rural entende a Educação como definida pelas necessidades do mercado de trabalho, pensada a partir do mundo urbano e retrata o campo a partir do olhar do capital e seus sujeitos de forma estereotipada, inferiorizada. No que tange a Educação do Campo e a sua visão sobre a educação, podemos entender como sendo construída pelos e com os sujeitos do campo, uma formação humana, como direito e pensada a partir da especificidade e do contexto.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As preocupações com a formação de professores são um assunto amplo, uma vez que as discussões podem partir de diferentes manifestações, como ressalta Lopes (2018), mas que acabam se entrelaçando no fazer pedagógico, envolvendo intrinsecamente o ensino e a aprendizagem. Partindo desse pressuposto e da necessidade de uma atividade pedagógica correspondente com o ambiente escolar trabalhado pelo professor discutimos nessa seção alguns tópicos relevantes ao assunto desse trabalho, pela necessidade do professor atuante na Educação do Campo.

Pensando nas implicações que a formação do professor possui dentro do ambiente escolar, precisamos elucidar que Lopes (2018, p. 108) compreende "[...] a educação como um processo que mobiliza a personalidade integral do ser humano como sujeito social e histórico". Dessa forma, interpretamos que a constituição do ser professor não é estática e sim, o mesmo aprende a ser. Com isso, as práticas pedagógicas decorrentes da sua constituição e formação profissional, irão influenciar diretamente o ensino abordado dentro do ambiente escolar.

Corroboramos com Fiorentini de que "O modo de ensinar sofre influência também dos valores e das finalidades que o professor atribui ao ensino da matemática, da forma como concebe a relação professor-aluno e, além disso, da visão que tem de mundo, de sociedade e de homem." (1995, p. 04). Ou seja, além das práticas pedagógicas internalizadas pelo professor, o modo de ensinar também é afetado pelas próprias concepções teóricas do conteúdo e das relações vigentes dentro do ambiente escolar. A discussão se torna necessária, principalmente ao olharmos para a formação do professor atuante na Educação do Campo refletindo também nas suas práticas



pedagógicas e isso corroborando diretamente a uma perspectiva de ensino que aborde a realidade dos alunos presentes no ambiente escolar.

Podemos dizer ainda que:

Se os padrões característicos do comportamento dos professores são realmente uma função de seus pontos de vista, crenças e preferências sobre o conteúdo e seu ensino, então qualquer esforço para melhorar a qualidade do ensino de matemática deve começar por uma compreensão das concepções sustentadas pelos professores e pelo modo como estas estão relacionadas com sua prática pedagógica. (THOMPSON, 1997, p. 14).

Dado o exposto, entendendo que o comportamento do professor e as suas concepções de Matemática também influenciam o ensino no ambiente escolar, se faz necessário visualizarmos tais modos de ver e conceber o ensino da matemática e as visões desse conteúdo, para que melhorias no ensino sejam de fato efetivadas. Nesse sentido, olhando para a Educação do Campo e o ensino voltado para essa realidade é necessário constatarmos as concepções de tais profissionais e isso, pode ser vislumbrado pela formação do professor. Como se não bastasse, a importância de um ensino pautado na realidade do indivíduo é importante, pelo fato de que, "[...] o aluno terá uma aprendizagem mais significativa e efetiva da Matemática se esta estiver relacionada ao seu cotidiano e à sua cultura." (FIORENTINI, 1995, p. 26).

Corroborando com as ideias até aqui apresentadas precisamos ter em mente que segundo Lopes (2018, p. 126), "[...] nenhum processo se torna formativo quando centra-se exclusivamente na individualidade dos sujeitos que o compõe". Sendo assim, a formação de um indivíduo vai além do singular presente em cada sujeito que compõe o sistema educacional e sim, se estende a toda uma sociedade. Além disso, quando pensado na Educação do Campo os sujeitos da comunidade estão diretamente envolvidos no discorrer dessas formações. Com isso, faz-se necessário olharmos também para:

O comprometimento de quem ensina matemática com a aprendizagem do seu aluno expressa-se na intencionalidade de suas ações, voltadas a transformar o ensino em atividade de aprendizagem para o aluno, tendo o conhecimento teórico como referência no processo de humanização. (LOPES, 2018, p. 125).

Em virtude disto, o professor é o sujeito que humaniza o ensino, consequentemente nas suas práticas pedagógicas, caso contrário, o ensino fica desconexo com a realidade do indivíduo inserido do ambiente escolar, uma das preocupações deste trabalho. Precisamos ter em vista que



olhando para a formação de professores, em especial os que atuam na disciplina de Matemática, é necessário buscar indícios da concepção de Educação do Campo no processo formativo.

Deste modo, é evidenciado por Lopes (2018, p. 115) que "[...] toda atividade é do sujeito, então, o sujeito da atividade de formação deve ser o professor. Mas este só estará em atividade de formação se esta for direcionada por suas necessidades formativas (e não externas a ele) objetivadas nos seus motivos." De fato, as discussões formativas devem permitir um ambiente de diálogo que favoreça a supressão das necessidades dos professores, mas também que esses compreendam futuras demandas, principalmente quando se preocupam com uma comunidade.

ASPECTOS METODÓLOGICOS

Para compreendermos os procedimentos metodológicos adotados neste projeto, tem-se de observar quanto à abordagem. Nessa perspectiva segundo Zanella (2013) esta pesquisa classifica-se como qualitativa, onde sua principal preocupação está em

[...] conhecer a realidade, segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados. Busca é conhecer significados, opiniões e percepções dos sujeitos participantes. (ZANELLA, 2013, p. 104).

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória tendo por finalidade, de acordo com Gerhardt e Silveira (2013), familiarizar-se com o problema, com o objetivo de tentar explicitá-lo e de emoldurar hipóteses em cima dele. Uma caracterização desse tipo pode ser feita a partir da visualização de que a maioria das pesquisas nessa linha possui, segundo Gil (2007, apud GERHARD; SILVEIRA, 2013, p. 35)

(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Desta forma, a pesquisa terá como alvo os PPC das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, que possuem curso de Matemática Licenciatura presenciais, assim sendo realizamos inicialmente o levantamento das universidades situadas no estado do RS, a saber: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal do Pampa



(UNIPAMPA); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Subsequentemente, foi acessado os sites onde as Universidades estão alocadas na internet a fim de acessar a lista de cursos de graduação disponíveis. Dentre os quais foi possível observar que os que mantinham cursos de Matemática Licenciatura presenciais são: Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na sequência, a partir dos dados disponíveis nas páginas das referidas Universidades foram baixados os seguintes PPC de Cursos de Matemática, respectivamente com os anos de sua última versão: UFPel, UFSM (2023), UNIPAMPA campus Bagé (2023), FURG (2023), UFFS, campus Cerro Largo (2022) e UFRGS (2018).

Ressaltamos ainda, que o PPC do curso de Matemática Licenciatura Diurno da UFSM, foi analisado previamente, destacamos assim, que na busca previa das referências a Educação do Campo, foi encontrada elucidação da modalidade em uma disciplina do estágio supervisionado. Destacamos que, a pesquisa se encontra em fase de análise dos materiais levantados, dessa forma, não se pode fazer conjecturas sobre as possíveis contribuições e representações que serão discutidas subsequentes as análises.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação do Campo:** diferenças mudando paradigmas. Brasília: MEC, 2007. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaocampo.pdf Acesso em: 17 ago. 2023.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Conferência Nacional:** Por uma Educação Básica do Campo. Disponível em < file:///D:/EBRAPEM%202023/Conferencia-Nacional-Por-uma-Educacao-do-Campo.pdf>. Acesso em 19 ago. 2023

FIORENTINI, D. Alguns modos de ver e conceber o ensino de Matemática no Brasil. Revista Zetetike, Campinas, n.4, 1995, p.1-37.



XXVII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática
Tema: Desafios educacionais e impactos Sociais das Pesquisas em Educação Matemática.
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática / Instituto Federal do Espírito Santo - IFES-Vitória-ES

12, 13 e 14 de outubro de 2023 – presencial.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf >. Acesso em: 18 ago. 2023.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. de A. Avanços e desafios na construção da educação do campo. Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011. Disponível em:

ago. 2023. 202

RIBEIRO, M. Educação Rural. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. — Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: Políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1089-111, set.-dez. 2008. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/es/a/6S89N7H4cTJRZTbnvykF5rt/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 19 ago>. 2023.

THOMPSON, Alba Gonzales. A relação entre concepções da matemática e de ensino de matemática de professores na prática pedagógica. **Zetetiké**, Campinas, SP, n.1, p. 11-44, jan./jun.1997.

TORRES, Miriam Rosa; SIMÕES, Willian. **Educação do Campo: por uma superação da Educação Rural no Brasil**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38662/R%20-

%20E%20-%20MIRIAM%20ROSA%20TORRES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 ago. 2023.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de Pesquisa**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: < http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia /material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2023.

